



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8080 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

ABORDAGEM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS QUE EVIDENCIAM O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

Janaina Junqueira Valaci Cruvinel - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Karina Klinke - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

ABORDAGEM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS QUE EVIDENCIAM O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

No Brasil, as políticas públicas educacionais constituem um campo investigativo em constante debate e pode ser considerada uma temática nova, quando colocada frente a frente com outras que circundam o campo educacional.

Assim, é possível compreender os apontamentos de Jefferson Mainardes quando faz uma reflexão acerca da abordagem do ciclo de políticas e afirma ser:

[...] bastante útil no contexto brasileiro, uma vez que o campo de pesquisa em políticas educacionais no Brasil é relativamente novo e 'ainda não consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes, e que, de resto, sofre as indefinições resultantes da crise de paradigmas que afeta as ciências sociais e humanas na contemporaneidade...' (MAINARDES, 2006, p. 48)

A pesquisa em políticas educacionais ainda busca sua consolidação no Brasil e, para isso, é relevante e urgente a interlocução com outros países, a fim de encontrar parâmetros e direcionamentos para a sustentação e valorização desta forma de fazer pesquisa no país. É notório considerar que as políticas públicas educacionais ocupam espaço restrito nos diálogos que permeiam a educação. Entende-se que, a invisibilidade destas políticas perante o Estado e os governantes é uma problemática que cumula o descaso, o desrespeito e, sobretudo, a inviabilização de recursos e avanços para a educação brasileira.

Isso se desdobra ainda mais quando se trata do ensino médio, pois esse foi tardiamente

pensado e evidenciado nas políticas públicas educacionais. O que está posto acerca desta etapa da Educação Básica evidencia que, por meio de atos legais sua inserção nas políticas educacionais, aconteceu sob a ótica do financiamento, de sua universalização, obrigatoriedade e gratuidade. Assim, a partir da necessidade de enfrentar todos os problemas e desafios que cruzaram esta etapa de ensino ao longo de sua história, as políticas públicas educacionais sinalizaram a iminência de efetivar e direcionar o ensino dos jovens que compõem o ensino médio no país.

A inserção tardia das políticas públicas na pauta educacional do Estado e dos governantes e, ainda, a indiferença desses para com o ensino médio resultou na falta de investimentos e possibilidades para esta etapa da Educação Básica e, conseqüentemente, para seus docentes.

As políticas públicas educacionais que contemplam a docência no ensino médio são apresentadas aqui como tema da pesquisa e estão contextualizadas na história da educação brasileira, marcada por descompassos dessas políticas para tal etapa da Educação Básica e para a formação docente. Este trabalho buscou analisar seu contexto sócio-político no período de 2007 a 2015, tomando como referência aquelas que contemplam a modalidade regular, amparadas pela lei maior da educação brasileira, ou seja, a LDB nº 9.394/1996. Diante disso, o problema que sustentou a pesquisa foi: Quais são as políticas públicas educacionais específicas para o ensino médio entre 2007-2015 e como essas políticas dialogam com a legislação que sustenta o ensino médio?

A fim de responder tal questionamento, buscamos como aporte teórico as obras de Shiroma; Moraes e Evangelista (2011), Morais e Evangelista (2009), Kuenzer (2000), Ferreira; Fonseca (2013), e Tello; Almeida (2013), que analisam as políticas educacionais para o ensino médio no Brasil.

Quando se tratam de problemas enfrentados no ensino médio, os autores sustentam a ideia de que os obstáculos se dão a partir da universalização do ensino fundamental que, conseqüentemente, expandiu o ingresso no ensino médio, porém os estados não se viam preparados para receber o número de alunos egressos do ensino fundamental. Começou aí a problemática do ensino médio que se arrastou, trazendo consigo outros transtornos.

Entre as problemáticas estampadas em sua história, a crise de identidade ou identidade obscura também esteve presente no debate de autores que discorrem sobre a temática. Para eles, há uma crise arraigada na constituição do ensino médio desde os seus primórdios, de modo a segregar um grupo que teria condições de acesso ao ensino superior e, do outro lado, um grupo capacitado para ingressar no mundo do trabalho.

A educação e, mais especificamente, o ensino médio, como já foi dito aqui, teve por atos legais sua inserção nas políticas de financiamento para a Educação Básica e sua universalização, bem como a obrigatoriedade e gratuidade. Assim, na qualidade de última etapa do nível básico de ensino do País e na busca de enfrentar todos os problemas e desafios que sempre permearam sua história, as políticas educacionais sinalizaram a iminência de atuar e direcionar ações em prol dos(as) jovens alunos(as).

Para melhor compreensão e a fim de embasar a abordagem conceitual aqui proposta, sustentamo-nos nas palavras de Demerval Saviani, quando fez a apresentação da obra de Ferreira e Fonseca (2013, p. 7) e afirmou que: “planejar é uma atividade característica dos seres humanos que os diferencia dos outros animais.” O significado desta expressão é justamente o direcionamento que os estados passaram a ter diante do ensino médio, afinal “o planejamento educacional é, nas diferentes circunstâncias, um instrumento de política educacional, isto é, a forma pela qual se busca implementar determinada política no campo da

educação”. (SAVIANI in FERREIRA; FONSECA, 2013, p. 10)

Da universalização do ensino fundamental, que gerou um aumento significativo de alunos para o ensino médio, adveio a problemática da falta de vagas e de incapacidade dos estados em lidar com o fato. Soma-se a isso a crise de identidade do ensino médio, que vem se arrastando neste longo percurso histórico, bem como as mudanças tecnológicas que acometeram o País nas últimas décadas e a universalização tardia. Aspectos bastantes para que os presidentes da república Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff tomassem posse da problemática e criassem mecanismos de planejamento que minimizasse a realidade desta etapa de ensino.

O recorte temporal aqui descrito que trata das políticas públicas para o ensino médio, delimitada no período de 2007 a 2015, devido ao primeiro se tratar do ano de publicação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), não contemplado na política antecessora Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEB); e se estende até o ano de 2015 por ser quando se findou o Pacto Nacional pelo Ensino Médio, uma das ações da política pública do ProEMI.

Tratou-se de uma pesquisa documental que teve como *corpus* a legislação pertinente às políticas educacionais para o ensino médio, cotejada com uma pesquisa bibliográfica pautada na leitura e análise de obras que abordam o tema. Desenvolveu um diálogo entre a bibliografia consultada e o *corpus* documental, aportado nas categorias de análise: “ensino médio” e “políticas educacionais”, que respaldam a problemática da pesquisa.

Assim, em meio a inúmeras discussões, apontamentos, reflexões e, mormente, de planejamento, as políticas educacionais para o ensino médio vieram à tona. Além disso, “as políticas educacionais no Brasil e no mundo têm avaliado a qualidade da educação, ou mesmo das políticas públicas, por meio de indicadores quantitativos”. (FRITSCH, 2014, p. 220) Nesse aspecto, sabendo-se dos acordos firmados entre o Brasil e órgãos internacionais, e cientes dos indicadores revelados acerca do ensino médio, a viabilização de políticas públicas se torna imprescindível como mecanismo de reverter tais números e melhorar a qualidade da educação. Além disso, Fritsch (2014, p. 221) considera que “cabe evidenciar que parte das 81 políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino preocupa-se com o fracasso escolar e com o fato de a defasagem idade-série estar atuando diretamente no resultado dos indicadores de evasão, abandono e reprovação”.

Com a mesma linha de pensamento de Fritsch, de que todas as políticas públicas surgem de acordo com a demanda da problemática em evidência, Neubauer apresenta o resultado obtido na pesquisa *Melhores práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil*:

[...] observou-se durante a pesquisa que as políticas de Ensino Médio dos quatro Estados convergem para focos semelhantes: diretrizes e materiais curriculares, programas de recuperação e enriquecimento da aprendizagem, capacitação de professores, avaliações do rendimento escolar e uso de seus resultados para priorizar as diferentes ações e alcançar as metas acordadas. (NEUBAUER, 2011, p. 25)

Com base na pesquisa, Neubauer conclui que a maioria das ações estão voltadas para as práticas de sala de aula, objetivando apenas preparar os discentes para as avaliações externas. Sabe-se que, apesar da existência de políticas educacionais vinculadas ao ensino médio, as pesquisas apontam a dificuldade em acontecer mudanças significativas em instituições escolares. É evidente que voltar o olhar para o interior das salas de aulas é

relevante, porém há fatores externos, de ordem social, política e econômica, que fazem sobremaneira relevância nos indicadores desta etapa da Educação Básica.

Os discursos contidos, ora explícitos ora implícitos, na pesquisa documental e na revisão bibliográfica utilizada nesta pesquisa nos possibilitaram o entendimento de que o ensino médio é uma das etapas da Educação Básica que mais necessita de debates e atitudes, pois sua trajetória histórica e sua identidade ainda se apresentam na obscuridade. Por isso assentimos com Sposito e Carrano (2003, p. 19): “é preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’[...]”.

Palavras-Chave: Ensino Médio. Políticas educacionais. Legislação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- FERREIRA, Eliza Bertolozzi. ; FONSECA, Marília. (Organizadores) **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.
- FRITSCH, Rosângela; VITELLI, Ricardo; ROCHA, Cleonice Silveira. Defasagem idade-série em escolas estaduais de Ensino Médio do Rio Grande do Sul. **RBEP**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 218 – 236, jan./abr. 2014.
- KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 70, p. 15 – 39, Abril/00.
- MAINARDES, Jfferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- NEUBAUER, Rose (coord.); DAVIS, Cláudia; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R. Ensino Médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. **RBEP**, Brasília, v. 92, n. 230, p. 11 – 33, jan./abr. 2011.
- SHIROMA, Eneida Oto. MORAES, Maria Célia Marcondes de. e EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16 – 39, set./out./nov./dez. 2003.
- TELLO, C.; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (org.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013